

# IMPÉRIO DO BRASIL (SEGUNDO REINADO): OS REFLEXOS DO CAFÉ NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

## EMPIRE OF BRAZIL (SECOND KINGDOM): THE REFLECTIONS OF COFFEE IN THE ECONOMIC FORMATION OF BRAZIL

Rodolfo Raja Gabaglia Artiaga<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo principal apresentar os principais fatores para as transformações socioeconômicas ocorridas na segunda metade do século XIX. Esta pesquisa busca refletir as consequências do complexo cafeeiro na formação e a consolidação do Estado Brasileiro e da Economia Nacional. De fato, a economia cafeeira nacional impulsionou o mercado interno e ampliou as relações comerciais externas. Além disso, o tributo conferiu ao Estado a capacidade de ampliar o seu controle sobre a sociedade.

**Palavras-chave:** Império Brasileiro, Economia Política Internacional, Política Externa Brasileira, Poder Político, guerra da tríplice Aliança.

**Abstract:** This paper talks about the main factors for the socioeconomic changes that occurred in Brazil during the second half of the 19th century. This research seeks to reflect the consequences of the coffee production in the formation and consolidation of the Brazilian State and the National Economy. In fact, the economy based on coffee production expanded the domestic and international market. In addition, the taxation gave to the Brazilian Government the ability to expand its control over society.

**Keywords:** Brazilian Empire, International Political Economy, Brazilian Foreign Policy, Political Power, war of the triple Alliance.

### Introdução

As transformações socioeconômicas, ocorridas ao longo do século XIX, foram extremamente importantes para consolidação e para formação do Estado e da Economia Nacional do Brasil. Entre os acontecimentos importantes na história brasileira, destacam-se o intercâmbio econômico e a organização de uma economia cafeeira de exportação, orientada sob um regime escravocrata.

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia Política Internacional pela UFRJ, Advogado especialista em Direito e Processo Civil, bacharel em Relações Internacionais pela PUC-GO, Legal Assistant by Valencia College – EUA.

Ao longo desse período, observa-se a crescente presença do mercado brasileiro no comércio internacional, como um país exportador de matérias primas, tais como o açúcar, o fumo, os couros, a erva-mate, o arroz, o cacau, as madeiras e a borracha; contudo, foi à produção de café que possibilitou a reinserção do Brasil no mercado mundial, após o declínio da produção de exportação do Nordeste e do ciclo do Ouro. (HOLANDA, 1996: 297)

O fim do Pacto Colonial e a Abertura dos Portos são as duas maiores expressões da crise da economia colonial brasileira. A formação do Estado Brasileiro foi resultado de uma crise da economia colonial, ainda que, os rumos da crise não estivessem de forma alguma prefixado. Ao se abrir para o mundo, o Brasil poderia perfeitamente ter regredido à economia escravista de subsistência. Fato é que a crescente produção de café no Vale do Paraíba criou as condições necessárias para transformar o país em uma economia mercantil-escravista cafeeira nacional. (MELLO, 2009: 45)

Ao longo da segunda metade do século XIX, o café se tornou o principal produto exportado pelo Brasil. Essa mudança na pauta de exportação ocasionou um deslocamento do eixo econômico para o Sudeste exportador de café, contudo, a economia brasileira continuaria escravista e dependente das flutuações externas. A alteração do eixo-econômico para o Sudeste e a cafeicultura, ao longo do século XIX, induziram um amplo processo de rearticulação interna e externa do Estado Nacional, ora em formação, o que alterou para sempre e deu novos contornos a vida urbana. (FURTADO, 2007: 164-172)

No século XIX, a expansão da produção de café no Vale do Paraíba ocasionou um considerável aumento na balança comercial brasileira. O A exportação de café para a Europa e Estados Unidos reativou o comércio interno e exterior brasileiro. Nesse sentido, o avanço da produção de café alterou significativamente a estrutura socioeconômica e a organização político-administrativa do Império Brasileiro, como poderá ser observado ao longo desse trabalho. (FAUSTO, 1994: 186).

A economia Brasileira, a partir de 1840, deve ser entendida por meio de três características dominantes. A primeira variante é a presença das grandes propriedades. A segunda é a concentração da economia na monocultura de café. A última significativa aumento do trabalho escravo no país entretanto. Esse

modelo econômico favoreceu a continuidade de mercados internos isolados, ou com pequena interação entre as regiões econômicas. Com o avanço da economia cafeeira, a região Sudeste se torna aos poucos a “locomotiva” produtiva do país devido à capacidade de gerar e concentrar riqueza por meio da produção cafeeira. (FURTADO, 2007: 164-172)

A economia cafeeira de exportação foi a solução encontrada para um país com uma economia periférica, sem técnica própria e no qual praticamente não se formava capitais que pudessem ser desviados para novas atividades. Nesse sentido, o desenvolvimento do café foi responsável por possibilitar uma relativa autonomia no modo de produção e certamente foi o responsável pelo início da integração econômica do país. (FURTADO, 2007: 164-172)

O café ganhou espaço na pauta de exportações brasileiras e passou a orientar toda a produção econômica do país, principalmente, pela tendência declinante dos outros produtos primários. Por exemplo, o aumento da produção de café passou a afetar as produções de açúcar, algodão, fumo, couros, arroz, cacau que já não eram tão atrativas como o café. (FURTADO, 2007: 164-172)

Nesse sentido, o café foi o único produto que reuniu as condições necessárias para fortalecer o Estado e expansão da Economia Nacional. Em outras palavras, a transformação café em produto de exportação marcou o início de uma nova fase na história do Brasil. (FURTADO, 2007:164)

A primeira fase de expansão cafeeira transcorreu com pouco interesse pelos produtores brasileiros, principalmente em decorrência da precária condição dos fatores de produção no Brasil e pelos preços declinantes. A produção de café era a oportunidade mais viável de realocar os recursos produtivos semi-ociosos desde a decadência da mineração. (FURTADO, 2007:169)

Existiram dois períodos de produção cafeeira: o de generalização do consumo mundial e o de pós-generalização. O período de generalização do consumo de café é marcado pelo declínio de preços o que possibilitou o consumo de amplas camadas da população dos países importadores. O período de pós-generalização do café é marcado pela fixação de preços e pelo consumo generalizado e popular.

A fase de formação e consolidação da economia cafeeira ocorreu no segundo e terceiro quartel do século XIX. A cafeicultura tornou-se gradualmente

atrativa aos produtores brasileiros e alcançou pleno desenvolvimento, em um primeiro momento, graças à utilização intensiva da mão-de-obra escrava e um grau de capitalização muito mais baixo do que o exigido pela economia açucareira. Os custos de produção tornaram-se menores que os da empresa açucareira. Além disso, a abundância de terra possibilitou um crescimento contínuo nesse setor. Logicamente, terra abundante e com os mínimos fatores de produção disponíveis pelo ciclo açucareiro e de ouro possibilitou essa rápida expansão agrícola na atual região Sudeste. (FURTADO, 2007:169)

A etapa de formação cafeeira no Brasil é extremamente importante para se entender o desenvolvimento socioeconômico e político do país, pois junto com a economia cafeeira surge uma nova “classe empresária” e uma incipiente classe urbana que desempenhará, ao longo do século XIX, papel fundamental no desenvolvimento econômico do Brasil (FURTADO, 2007: 169-173)

A economia brasileira prosperou durante toda a segunda metade do século XIX, pois a produção de café garantiu a estabilidade das contas nacionais. A produção de café avançou pela Baixada Fluminense, pelo Vale do Paraíba até adentrar o Oeste Paulista, o que possibilitou a incorporação de novas áreas ao eixo econômico dominante, ou seja, da atual região Sudeste. A combinação da produção de café com os surtos ocorridos nesses períodos de cana-de-açúcar, de algodão, de borracha e de outros produtos primários, favoreceu a diversificação paulatina da produção brasileira e contribuiu para o nascimento e o fortalecimento de uma economia nacional e de um sistema social. (FURTADO, 2007: 169-173)

A evolução do comércio exterior brasileiro foi possibilitada pela expansão da produção cafeeira e pode ser observada por meio da exportação do Brasil, que cresceu cerca de 200%, entre 1851-1860 e 1891 e 1900. Caio Prado Júnior afirma que parte desse valor se reverteu em capital aplicado internamente na continuidade e expansão da economia cafeeira, sendo que outras parcelas foram aplicadas em atividades incipientes, como no comércio de produtos manufaturados, na produção artesanal e fabril e no setor de serviços. (PRADO Jr., 1945: 157-168)

O fortalecimento do comércio exterior brasileiro ocorreu após a relativa integração de outros setores da incipiente economia brasileira com o complexo cafeeiro, o que contribuiu para ampliar o volume de exportações e importações

do Brasil. O complexo cafeeiro, em toda etapa de gestação, vinculou os interesses da produção aos do comércio, reintegrando o Brasil no processo de expansão do comércio mundial. Após esse processo, a economia cafeeira alcançou as condições necessárias para autofinanciar a sua extraordinária transformação do cenário socioeconômico brasileiro.

Ao longo de 1840 a 1864 ocorreu uma significativa ampliação do volume de exportação e de importação de mercadorias ao ponto de em 20 anos o país triplicar esses valores, como pode ser observado nos Relatórios do Ministério da Fazenda do Império do Brasil (1844 – 1864). Além disso, percebe-se que ocorre a ampliação de um intenso comércio e uma intensa navegação entre as províncias e outros países, como os do Rio da Prata.

A criação do sistema de cafeicultura escravista-exportador gerou uma economia nacional muito mais complexa do que uma simples *plantation* escravista ligada ao mercado internacional. Os produtores brasileiros criaram ainda que de modo imperfeito uma economia nacional, a qual sua base se encontra na cafeicultura. No Brasil o capital mercantil vai além da sua apropriação, pois uma parcela de sua acumulação é reinvestida na produção interna de modo contínuo. Ainda que de modo imperfeito, a cafeicultura possibilitou a acumulação de riquezas no Brasil o que gerou transformação a transformação socioeconômica do Brasil. (FRAGOSO, 1990: 150-151)

## **1. AS EXTERNALIDADES DA CAFEICULTURA: A CRIAÇÃO DO COMPLEXO CAFEIRO<sup>2</sup>**

As décadas de 1840 e 1850 foram épocas em que várias medidas foram adotadas, sendo resultado do processo de transformação socioeconômico do país. A formação do Estado e da Economia brasileira pode ser observada a partir da extinção do tráfico de escravos, da Lei de Terras, da criação da Guarda Nacional, do Código Comercial. (FAUSTO, 1996:197)

---

<sup>2</sup> CANO, 1975. A noção aplicada de complexo remete-se a perspectiva de Wilson Cano, em *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, de 1975.

A década de 1840 marca o início de um processo irreversível de transformação da estrutura socioeconômica brasileira no qual a produção cafeeira inseriu o Brasil no mercado exportador de bens primários. Ao longo desse período, o país consolidou-se como uma economia mercantil-escravista cafeeira nacional cujo dinamismo da economia brasileira foi garantida por meio da expansão cafeeira na atual região Sudeste do país. O surgimento de uma Economia Nacional deve ser entendida, de certo modo, como obra do capital mercantil nacional associado à produção cafeeira, caso contrário provavelmente o Brasil retornaria a uma simples condição de produção de subsistência. (MELLO, 2009: 44-54)

Nesse sentido, a economia cafeeira foi obra do capital mercantil nacional, já em formação desde o final do século XVIII, mas somente ganhou notável impulso na metade do século XIX, em decorrência da associação ao capital financeiro inglês e do Estado Imperial que garantiu os juros para investimentos na modernização da infraestrutura do país. A existência de capital, somada à infraestrutura, à redistribuição da mão de obra escrava e às condições excepcionais de plano e solo fértil garantiram a rápida expansão do complexo cafeeiro. (BECKER, 2006: 62)

A etapa de formação cafeeira no Brasil é extremamente importante para se entender o desenvolvimento socioeconômico e político do país no século XIX, pois junto com a economia cafeeira surge uma expansão da vida urbana. O complexo cafeeiro ampliou a vida urbana e conseqüentemente aumentou o consumo de diversos produtos pela população, o que possibilitou um significativo aumento na navegação e no comércio com as principais potências, mas também com os vizinhos do Cone Sul. (PRADO Jr, 1945: 163)

A economia brasileira prosperou durante toda segunda metade do século XIX, esse rápido desenvolvimento econômico foi resultado uma significativa expansão do comércio exterior do Brasil. Sendo assim, parte desse valor foi revertido em aplicações na agricultura, especialmente na cafeicultura. Outras parcelas foram revertidas para atividades urbanas, pois à medida que se crescia a renda nacional, também se desenvolvia o comércio de produtos de manufaturados, a produção artesanal e fabril e o setor de serviços. Desse modo, surge um complexo cafeeiro, ou seja, o café tornou-se a locomotiva da incipiente Economia Nacional. (HOLANDA, 1996: 300)

O complexo cafeeiro, impulsionado pelo *boom* do café, restaurou o equilíbrio das contas externas. A partir de 1860, o comércio exterior teve superávits crescentes, apesar da expansão das importações que atendiam ao aumento de consumo interno, ou mesmo ao aparelhamento em infraestrutura. Nesse sentido, pela primeira vez a riqueza nacional transformou o cenário da vida urbana no país. Por exemplo, na década de 1860, o Rio de Janeiro tinha mais de 60 indústrias, 14 bancos, 20 empresas de navegação, 8 mineradoras e várias estradas de ferro. (BECKER, 2006: 62-64)

O aumento da renda nacional estimulou a atividade comercial e industrial no Brasil. Entre 1850 e 1870, o número de estabelecimentos industriais multiplicou por 10 vezes. A vida urbana ganhou novos contornos, com a clara expansão dos setores manufatureiros e de serviços. O complexo cafeeiro ocasionou uma verdadeira transformação no sistema ocupacional da população. Aos poucos se constituía uma relativa divisão do trabalho no Brasil.

Em 1872, quando o complexo cafeeiro estava em pleno auge, foi realizado um censo demográfico da população brasileira, com isso pode-se observar a variedades de profissões liberais, industriais, comerciais, manuais, agrícolas e assalariados. De fato, surgia no Brasil uma população urbana que seria fundamental no surgimento subsequente da economia exportadora capitalista brasileira. A vida urbana ganhou força, ao longo desse período, e logo novas regiões estavam preparadas para assumirem posições relevantes para a economia brasileira. Novos centros urbanos surgiram, o eixo entre o Rio de Janeiro e Santos passou a ser o veio exportador do complexo.

O complexo cafeeiro favoreceu a criação de um ambiente urbano ativo. Durante a segunda metade do século XIX, o progresso econômico implicou uma acumulação de riqueza e uma elevação do nível de vida, ainda que restritos. A expansão da economia cafeeira impulsionou o desenvolvimento de centros urbanos e comerciais. Entre as mudanças ocorridas no Brasil, ao longo desse período, destaca-se a modernização do sistema de transportes com uma significativa expansão do sistema ferroviário e portuário. (FAUSTO, 1996:197-204)

Entre os motivos que justificam a modernização na infraestrutura estão a liberação de capitais resultantes do fim da importação do tráfico de escravos e um aumento da renda nacional. Uma parte desses capitais associados aos

investimentos externos foi direcionada a uma relativa modernização “capitalista”, ou seja, a uma tentativa de se criar mercados de trabalhos, de disponibilizar novas terras e de se utilizar outros recursos disponíveis. (FAUSTO, 1996: 196-199)

A região Sudeste se tornou a principal beneficiada pelos investimentos do complexo cafeeiro. Por exemplo, toda a região de São Paulo observa o surgimento e crescimento de municípios, como caso de Campinas, Judiai, Itu, Mogi, Amparo, Rio Claro. O país aos poucos integrou novas regiões ao centro econômico do país, as quais pelas riquezas viam o desenvolvimento urbano florescer. Além disso, o país multiplicava seu contingente populacional, o qual em um espaço de 20 anos viu o seu número dobrar, como pode ser observado nas estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (GRANZIERA, 1979: 49-71)

Nessa perspectiva, a atividade de produção e exportação do café gerou demanda para o desenvolvimento de novos setores da economia, como a criação de indústrias, a infraestrutura de transportes ferroviários e portuários e principalmente deu origem a um relativo surto de urbanização, definitivamente, o país caminhava para um novo rumo sem volta.

## **2. AS EXTERNALIDADES DO COMPLEXO CAFEIEIRO: EXPANSÃO DO MERCADO INTERNO**

Os quarenta anos que separam a República da metade do século XIX constituem uma fase histórica em que, por meio do complexo cafeeiro, o comércio exterior se ampliou de modo significativo e se formaram os sistemas monetários e de créditos nacionais. As atividades ligadas a esse processo, como as várias atividades de infraestrutura e indústria ocasionaram a expansão da atividade urbana. (GRANZIERA, 1979: 11)

Nesse sentido, a oferta de capitais oriunda do interior ou do exterior, favoreceu de modo significativo a estabilidade e a continuidade da Economia mercantil-cafeeira. Os produtores de café aliados ao seu patrimônio se acham integrados no círculo em que se move o capital mercantil. O comércio foi a primeira expressão do sucesso do capital mercantil associado ao complexo

cafeeiro. A expansão do comércio foi responsável em grande parte por uma crescente disponibilidade de capital, que está na origem do crédito, do próprio sistema monetário, tributário e bancário do país. (GRAZIERA, 1979: 11-13)

Esse intenso aumento do comércio pode ser observado no aumento da navegação de longo curso e de cabotagem no Brasil. A participação nacional, em percentual, do período de 1840 a 1870 se aproxima da primeira fase da época republicana. Nesse sentido, o comércio brasileiro tornava-se dinâmico e importante no cenário internacional, o que propiciou de modo relativo uma autonomia nas relações internacionais. Ao longo de toda metade do século XIX a participação do Brasil na navegação mundial de longo curso e cabotagem foi superior a 50%, exceto nos momentos de crise econômica causados por divisões com guerras.

A significativa alteração do padrão de vida urbano verificado a partir de 1840, acompanhado pelo desenvolvimento de um sistema monetário, tributário e bancário, foi também resultado da interrupção do tráfico internacional de escravos que, como fator autônomo, promoveu um influxo extraordinário de riquezas, ou seja, a expansão dos rendimentos urbanos, apesar de conduzir à uma maior participação das importações vindas do estrangeiro, também gerou um maior consumo dos insumos industriais e de alimentos. A expansão da riqueza nacional pode ser observada no significativo aumento de testamentos passados no município da Corte, pois essa quantidade triplicou em um espaço de 15 anos. (GRAZIERA, 1979:13)

O Brasil do Café teve uma taxa de crescimento elevada, se comparada com o desenvolvimento da economia mundial. Celso Furtado apresenta valores comparativos em que na segunda metade do século XIX o Brasil teria multiplicado a renda real por 5,4, sendo que a taxa de crescimento anual foi de 3,5% e a per capita de 1,5 %. Durante a mesma época os Estados Unidos, por exemplo, multiplicaram a renda real por 5,7. Deste modo é possível observar que durante esse período houve um ritmo de desenvolvimento socioeconômico acima da média mundial.

O capital mercantil influenciou o processo de formação da Economia Nacional e alcançou o seu auge de importância em 1850. Posteriormente, o capital mercantil ocasionou a existência de um sistema monetário brasileiro que passou a financiar o complexo cafeeiro. Os bancos comerciais cafeeiros

começaram a se formar na década de 1850 e desde então se tornaram verdadeiros agentes de financiamento do processo de produção cafeeiro. (GRANZIERA, 1979: 171-176)

Após 1850, com a expansão do complexo cafeeiro e das novas atividades comerciais e urbanas, que o Banco do Brasil, antes de caráter provincial, passa a operar em bases nacionais e como um banco comercial. Destaca-se ainda que sob a influência da expansão da economia brasileira surgem bancos de capital privado nacional, como o Banco Mauá e o Mac Gregor & Cia, ou ainda passam a operar no Brasil a partir de 1860 os bancos de iniciativa estrangeira, como o London & Brazilian Bank, muitas vezes destinados a operar com câmbio, depósitos, descontos e financiamentos. Além disso, destaca-se ainda no setor financeiro o papel das seguradoras, com 21 firmas registradas entre 1860 e 1875, o que garantiu certa estabilidade nos investimentos voltados a importação e exportação brasileira. (ALMEIDA, 2001: 278)

A grande expansão dos investimentos estrangeiros no Brasil ocorreu paralelamente à grande expansão mundial do sistema bancário britânico e do crescimento expressivo do comércio internacional, o qual se dá a partir da abolição das Leis do Trigo e Atos de Navegação. Entre 1840 e 1870, o volume das exportações e importações mundiais seria quintuplicado, assim como ocorreu com o comércio exterior brasileiro. O Brasil representa o principal fluxo de investimentos britânicos na América Latina em um momento em que os fluxos de investimentos para a Argentina e para o Chile ainda eram incipientes. O Brasil recebeu quatro vezes mais capital inglês do que o Chile e duas vezes mais que o vizinho Argentino. Nesse sentido, as exportações inglesas para o Brasil também não pararam de crescer ao longo das décadas de 1850 e 1870, pois aumentaram em mais de 100%. Com o fortalecimento da economia cafeeira, o comércio brasileiro também se expandiu para outras regiões como os Estados Unidos e a Região do Prata. (ALMEIDA, 2001: 269)

Os investimentos britânicos eram expressivos e, sobretudo, realizados nas atividades de intermediação comercial e bancária. A participação inglesa pode ser percebida também em setores ligados ao processo de urbanização das cidades portuárias ou praças financeiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Recife. Desse modo, percebe-se a presença inglesa em vários setores da economia brasileira, como no comércio marítimo, no sistema bancário, na

dívida externa, na política fiscal, na diplomacia e no processo de urbanização. (ALMEIDA, 2001: 269-278)

O comércio marítimo sempre foi muito importante para o Brasil, principalmente devido as suas dimensões geográficas. Dessa forma, os transportes marítimos internacionais eram controlados em sua maioria pelas frotas inglesas. Os ingleses tinham 10 vezes mais companhias de navegação autorizadas a atuar no Brasil que os Estados Unidos. É somente a partir de 1860 que outras companhias de navegação de outras nacionalidades passaram a operar no país em decorrência da rápida expansão cafeeira no Brasil. (ALMEIDA, 2001: 275)

Os portos brasileiros foram, ao longo do século XIX, reflexo do grande crescimento econômico do país. Sendo assim, a produção nacional foi favorecida, em decorrência dessa melhoria na infraestrutura do país. Os principais produtos nacionais foram exportados em grande volume para diversas nações. Por exemplo, destaca-se o aumento do comércio exterior com todos os países da região do Rio da Prata.

O movimento portuário brasileiro revela que boa parte das navegações de longo curso era realizada pelos negociantes ingleses, sob investimentos desses, contudo, a navegação de cabotagem aumentou sob domínio dos negociantes brasileiros, e esta navegação foi responsável por abastecer o mercado interno e países vizinhos com insumos básicos. A ampliação do comércio interno foi responsável pelo incipiente processo de integração entre algumas regiões do país. A partir de 1840 há um claro aumento da movimentação portuária, por exemplo, a navegação de longo curso aumento 180% entre 1840 e 1860 e 50% em cabotagem no mesmo período. (GRANZIERA, 1979: 21)

### **3. A EXPANSÃO DO TRÁFICO DE MERCADORIAS E A TRIBUTAÇÃO**

A expansão da cafeicultura, com o complexo cafeeiro, gerou melhorias significativas na infraestrutura do país, o que possibilitou uma maior integração dos mercados, que em outro momento estavam completamente isolados. O sistema portuário brasileiro foi principal responsável pela movimentação de mercadorias e pessoas no país. Os portos, ao longo de todo século XIX, são as

“portas de entrada” do Brasil, ou seja, é muito importante sob a perspectiva de arrecadação de tributos, tendo em vista que a tributação sobre as importações e as exportações representava quase totalidade do montante da receita pública nacional. (HONORATO, 2002: 166)

O Brasil percebeu rapidamente a necessidade de se aprofundar nas questões acerca da montagem da infraestrutura econômica direta ou indiretamente relacionada ao complexo cafeeiro. Na década de 1840, o país buscou reformular toda a política alfandegária brasileira para torná-la mais eficiente e, com isso, aumentar a base tributária nacional. (HONORATO, 2002: 166)

O governo Brasileiro aumentou o controle alfandegário sobre as importações, exportações (longo curso) e cabotagem em todo o território nacional, inclusive nos portos fluviais diante da expansão do sistema portuário. A situação tornou-se agravante com o avanço da economia cafeeira, pois os portos brasileiros não eram adequados a um movimento crescente do comércio marítimo brasileiro. Além disso, era fundamental aumentar a arrecadação de tributos do Estado, em decorrência do endividamento público herdado do Primeiro Reinado e ampliado na complexa conjuntura política do Período Regencial, como mostra o quadro abaixo. (HONORATO, 2002: 166)

O Brasil tem uma dívida externa crescente, ao longo do Império, causada por situações diversas, todavia, dois momentos ampliaram de forma significativa as despesas brasileiras. O primeiro foi durante a “diplomacia de reconhecimento e estabilidade do Estado Nacional” e o segundo durante a Guerra do Paraguai. Desse modo, nunca é demais lembrar que o Estado Brasileiro buscou realizar, a partir da década de 1840, uma reforma nas tarifas de importação, sob proposta do Ministro da Fazenda Manuel Alves Branco em 1844, com o objetivo principal de diminuir o déficit público brasileiro. Sendo assim, iniciou-se o período de revisionismo da política econômica brasileira. A reforma econômica brasileira das décadas de 1840, 1850 e 1860 atingiu diretamente o sistema portuário do país, pois a estrutura de receita do Governo Imperial dependia de uma eficiente política alfandegária e de uma eficiente estrutura de arrecadação.

Nessa perspectiva, algumas regiões eram extremamente importantes na arrecadação de receitas para o governo brasileiro, como pode ser observado na tabela abaixo. Segundo os dados do Ministério da Fazenda de 1865, o Município

da Corte e o Rio de Janeiro correspondiam a mais de 50 % da receita arrecadada no período de 1864-65, Pernambuco aparecia em segundo lugar com mais de 16%, e em terceiro lugar estavam São Pedro, Santa Catarina e Paraná, com mais 5%. Sendo assim, a região Sul ultrapassa em arrecadação de receitas regiões econômicas tradicionais do País como Bahia e Minas Gerais, as quais juntas correspondem a mais de 4 %. As regiões de fronteiras como Mato Grosso e Goiás, apesar de representarem uma pequena parcela no total das receitas (aproximadamente 0,5%) assemelham-se a regiões como o Amazonas, mas que consomem valores significativos da dívida interna do país.

Ao longo do todo século XIX, o endividamento externo constitui-se em uma prática sistemática da Economia Brasileira, contudo, não foi apenas o Governo Imperial que ampliou o seu capital, por meio de empréstimos externos, mas também as províncias que colaboraram para ampliar a dívida interna do Estado. Desde a criação do complexo cafeeiro, as províncias ampliaram, de modo significativo, os gastos públicos, a fim de suprir as necessidades decorrentes do desenvolvimento urbano e da Economia Nacional, ou seja, ainda que de modo relativo por parte da dívida do Estado era direcionada a implantação do capital produtivo.

Os relatórios da Fazenda de 1841 a 1857 demonstram uma forte expansão da dívida interna, com o crescimento na ordem de quase 100%. Era pequeno se comparado com o endividamento externo ou com o déficit nas contas públicas, contudo, a diferença entre as receitas e os gastos era impressionante. A dívida em sua grande maioria buscou atender os interesses do complexo cafeeiro, seja por meio de políticas econômicas que favoreceram o desenvolvimento agrícola, seja por permitir ganhos necessários ao comércio. Fato é que o país crescia economicamente e se transformava socialmente. (BENTIVOGLIO, 2002: 3)

Em 1845, por exemplo, segundo os relatórios da Fazenda do Governo Imperial, a dívida ativa total do Município e das províncias subtraíam valores significativos da receita do Estado. O Rio de Janeiro e o Município Neutro (atual município do Rio de Janeiro) tinham o maior valor entre as províncias, contudo, destaca-se que a Província de Goiás, de Mato Grosso e de São Pedro (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), se somadas, tinham uma dívida maior do que várias províncias do Nordeste e Norte. Em 1864, segundo o Tesouro

Nacional o quadro não se alterou, ao contrário, Mato Grosso, Goiás e São Pedro tiveram ainda ampliadas as suas parcelas na dívida do Brasil.

Sob esse bojo, o desenvolvimento da Economia Mercantil-Escravista Cafeeira Nacional resultou em uma continua alteração na infraestrutura relacionada ao complexo cafeeiro do país, ao setor de comércio e à vida urbana. Algumas regiões foram mais favorecidas com as reformas político-administrativas do Governo Imperial, destacando-se entre essas o Rio de Janeiro, que em 1850 detinha a hegemonia quase absoluta das exportações brasileiras. Logo, outras regiões do país também começaram a se tornar centros alfandegários importantes, como é o caso das regiões tradicionais de São Luiz no Maranhão, Salvador na Bahia, Recife em Pernambuco, mas principalmente das novas regiões de Santos em São Paulo e dos Portos da Província de São Pedro. (HONORATO, 2002: 167-168)

De fato, novas regiões como São Pedro, Santa Catarina e Mato Grosso se tornam aos poucos dinâmicas e locais em plena ascensão na arrecadação de tributos. Mato Grosso, por exemplo, ainda que em valores pequenos, em cinco anos multiplicou a sua exportação em mais 500 %, se associada a outras regiões do sul chegam representar a metade da exportação da Bahia, segunda maior região exportadora do país.

A situação dos portos brasileiros tornou-se dramática, no final da década de 1850, em algumas províncias que vinham se impondo como expressivas regiões importadoras e exportadoras de mercadorias, como era o caso de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, ao Sul, do Pará ao Norte e de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Sergipe, no Nordeste, com uma vitalidade econômica pouco anotada pela historiografia econômica tradicional, mas que representam, no ano de 1868/69, 33% das exportações brasileiras. (HONORATO, 2002: 171)

Sob esse aspecto, ressalta-se que o Governo Imperial buscou no setor privado e no capital estrangeiro, em especial no capital inglês, as possibilidades de estimular a formação de empresas privadas que pudessem melhorar o sistema portuário, ou seja, criar portos coerentes com o novo momento da economia nacional e internacional, e explorar o seu movimento. Dessa forma, o Estado Brasileiro buscou a parceria com o setor privado, a fim de atingir o seu objetivo, que era manter a economia ativa e aumentar a arrecadação de

impostos, por isso o comércio exterior promovido pelas províncias se tornou essencial para as políticas de Estado. (HONORATO, 2002: 179)

Nessa perspectiva, as políticas alfandegárias e mesmo as desvalorizações cambiais foram importantes para que já a partir de 1860 o país pudesse restaurar o balanço das contas externas, mas principalmente, restaurá-lo a um nível superior a tudo quanto o Brasil conhecera no passado. O comércio exterior começou a se saldar invariavelmente com superávits crescentes, sendo assim, o Brasil por meio do comércio em ascensão e associado a uma Economia Nacional pode rever a diplomacia política e comercial do país. (PRADO Jr, 1945: 168)

Diante dessas condições, observa-se que as políticas alfandegárias não estavam diretamente relacionadas a políticas protecionistas, apenas, visavam sustentar o orçamento do Brasil. Afinal, se houve alguma medida protecionista, não foram duradouras e estavam relacionadas a outorga de isenções de direitos sobre matéria-prima importada para as fábricas nacionais de chapéus, sabão, velas, couros, fundições etc. Sendo assim, as políticas relacionadas à arrecadação de tributos buscavam aumentar a capacidade de arrecadação de impostos, ou seja, a tributação sobre a movimentação de mercadorias torna-se elemento importante na estratégia do governo Imperial para recuperar as contas nacionais. (GRANZIERA, 1979, 39-43)

Por fim, a produção de café cresceu muito rapidamente, ao longo do século XIX. O café em curto espaço de tempo se tornou o centro motor do desenvolvimento do Estado e da economia brasileira. Nesse sentido, o avanço da cafeicultura por meio da formação do complexo cafeeiro no Brasil foi acompanhado por uma transformação política e socioeconômica. O Brasil ampliou a sua presença no comércio internacional por meio da inserção do café. A produção dessa mercadoria foi importante para manutenção da administração pública, para criação de novos serviços e principalmente para o surgimento de uma relativa integração econômica e social entre algumas regiões do Brasil. Além disso, representou um estímulo a iniciativa privada e ao comércio interno de mercadorias.

Nesse sentido, o Império Brasileiro, já em 1840, havia se transformado de uma economia colonial para uma economia mercantil-escravista cafeeira nacional. Essa mudança significou a formação de um Estado e de uma Economia

Nacional, a qual impulsionada pelo complexo cafeeiro formou um mercado interno e ampliou as relações comerciais externas. Além disso, o tributo conferiu ao Estado a capacidade de ampliar o seu controle sobre a sociedade.

## **BIBLIOGRAFIA**

**ALMEIDA**, Paulo Roberto de. Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais do Império. São Paulo: Senac-Funag, 2001.

**ATAS DO CONSELHO DE ESTADO**. Governo Imperial, anos indicados.

**BECKER**, Bertha K; **EGLER**, Cláudio A. G. . Brasil: uma nova potência regional na economia mundo. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

**BENTIVOGLIO**, Júlio. O Império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860). FFLCH, USP. São Paulo: 2002

**FAUSTO**, Boris. História do Brasil. 4ª Edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

**FRAGOSO**, João Luís. O Império Escravista e a República dos Plantadores: Economia brasileira no século XIX: Mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. IN: **LINHARES**, Maria Yedda. História Geral do Brasil (org). 9ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

**FURTADO**, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

**GRANZIERA**, Rui Guilherme. A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1979

\_\_\_\_\_. Riqueza e tradição na Independência. IN: **SZMRECSÁNYI**, Tamás; **LAPA**, José Roberto do Amaral (orgs). História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: Ed. Hucitec./Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

**HONORATO**, César T. O Estado Imperial e a modernização portuária. IN: **SZMRECSÁNYI**, Tamás; **LAPA**, José Roberto do Amaral (orgs). História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: Ed. Hucitec./Editora da Universidade de São Paulo, 2002

**HOLANDA**, Sérgio Buarque (org) História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II - O Brasil Monárquico - Vol 1: O Processo de Emancipação. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II - O Brasil Monárquico - Vol 2: Dispersão e Unidade. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II - O Brasil Monárquico - Vol 3: Reações e Transações. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II - O Brasil Monárquico - Vol 4: Declínio e Queda do Império. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II - O Brasil Monárquico - Vol 5: Do Império à República. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II - O Brasil Monárquico - Vol 6: Declínio e Queda do Império. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II - O Brasil Monárquico - Vol 5: Do Império à República. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

**MELLO**, João Manuel Cardoso. O Capitalismo tardio. 11. Ed. São Paulo: Ed UNESP; Campinas,SP: FACAMP, 2009.

**PRADO JUNIOR**, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2008.

**RELATÓRIOS DA DIRETORIA GERAL DE RENDAS PÚBLICAS. IN: RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA DO GOVERNO IMPERIAL. RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA DO GOVERNO IMPERIAL.** Coleção histórica do Senado Federal.

ZAINAGHI, Maria Cristina; DE OLIVEIRA DOMINGOS, Salete. Atos negociais e o devido processo. **Revista Jurídica - UNICURITIBA**, v. 52, n. 3, p. 185-198, 2018.